



## Isidoro: memórias e resistências

*Isidoro: memories and resistences*

*Isidoro: memorias y resistencias*

Jéssica Fernandes Mourão [\*]  
Vitória Azevedo da Fonseca [\*\*]

---

[\*] Graduada em licenciatura em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Participou do grupo de pesquisa que desenvolveu o projeto: Metabolismo social - a transformação na Zona da Mata mineira (1920-1950), sob a orientação do Prof. Dr. Bruno N. Vitoretto. Integrou o programa de Residência Pedagógica da CAPES (2022-2024). Foi estagiária da SEDETUR Diamantina (2024), e esteve ligada ao projeto de extensão Histórias em Redes, além de ser voluntária do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEHIS) da UFVJM, ambos sob a orientação da Profa. Dra. Vitória Azevedo da Fonseca (2022-2024). Contato: jessicafernandesmourao@gmail.com

[\*\*] Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Campus JK, coordenou o Programa de Pós-graduação Multidisciplinar em Humanidades, Estágio de Pós-doutorado em Educação pela UFSCar (Sorocaba), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2008). Mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2003) atuando principalmente nos seguintes temas: cinema e história, filmes históricos, cinema e adaptação cinematográfica, recepção e ensino de História. Realizou a pesquisa histórica para o roteiro de longa-metragem *Religare*. Escreveu vários artigos sobre cinema e história e os livros *A monarquia no cinema brasileiro: metodologia e análise de filmes históricos*; *A reflexão e a prática no ensino História*. É editora da Revista Educação Básica Revista Faz parte do grupo de curadores do projeto Circuito Cinema do Banco Nordeste, foi curadora de filmes curtos do Festival de Diamantina. Coordena o Projeto Histórias em redes. É membro da diretoria da Associação Brasileira de Ensino de História. Realizou uma série de curtas documentais para o ensino junto ao LAPEHIS (Laboratório de Práticas de Ensino em História). Contato: vitória.fonseca@ufvjm.edu.br

---

**Resumo:** A presente artigo é um recorte da pesquisa que culminou no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para cumprimento da graduação do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), feito sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Vitória Azevedo da Fonseca. Neste texto apresento questões sobre o arraial do Tijuco e como se deu o início do processo de exploração de diamantes naquelas terras. Tem a intenção de trazer um olhar historiográfico sobre a figura de Isidoro de Amorim Pereira, personagem importante dentro da história de Diamantina. Isidoro foi um homem nascido na região de Diamantina, quando esta era ainda o arraial do Tijuco, como escravizado no século XVIII e que viveu uma vida de resistência ligada ao garimpo. Ele foi perseguido e morto e se tornou um símbolo de força para as pessoas do arraial mesmo depois de sua morte em 1809.

**Palavras-chave:** América Portuguesa, Minas Gerais, Garimpo.

**Abstract:** This article is an excerpt from the research that culminated in the Undergraduate Thesis presented as a requirement for the completion of the Bachelor's Degree in History at the Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), under the supervision of Prof. Dr. Vitória Azevedo da Fonseca. In this text, I present issues concerning the Tijuco settlement and how the process of diamond exploration began in those lands. It aims to provide a historiographical perspective on the figure of Isidoro de Amorim Pereira, an important character in the history of

Diamantina. Isidoro was a man born in the Diamantina region when it was still the Tijuco settlement, enslaved in the 18th century, and lived a life of resistance connected to mining. He was persecuted and killed, becoming a symbol of strength for the people of the settlement even after his death in 1809.

**Keywords:** Portuguese America; Minas Gerais; Mining.

**Resumen:** El presente artículo es un extracto de la investigación que culminó en el Trabajo de Fin de Grado presentado como requisito para la obtención del título de Licenciatura en Historia en la Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), bajo la supervisión de la Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Vitória Azevedo da Fonseca. En este texto, presento cuestiones sobre el poblado de Tijuco y cómo comenzó el proceso de exploración de diamantes en esas tierras. Tiene la intención de proporcionar una perspectiva historiográfica sobre la figura de Isidoro de Amorim Pereira, un personaje importante en la historia de Diamantina. Isidoro fue un hombre nacido en la región de Diamantina cuando aún era el poblado de Tijuco, esclavizado en el siglo XVIII, y vivió una vida de resistencia vinculada a la minería. Fue perseguido y asesinado, convirtiéndose en un símbolo de fuerza para las personas del poblado incluso después de su muerte en 1809.

**Palabras clave:** America Portuguesa; Minas Gerais; Minería.

\*\*\*

### **Arraial do Tijuco: sua história e sociedade**

Para compreender a história de Isidoro é necessário conhecer a história do arraial do Tijuco<sup>1</sup>, o lugar que se tornou a cidade de Diamantina. Assim como as leis que imperavam naquela época, no século XVIII, para que a Coroa tivesse o controle sobre a extração dos diamantes, além de toda e qualquer riqueza que fosse encontrada nestas terras.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao se referir à fundação da cidade de Diamantina, em Minas Gerais, aponta que o fato remonta ao ano de 1713, quando se iniciou as primeiras atividades de bandeirantes. Foi uma expedição liderada por um bandeirante de nome Jerônimo Gouveia, a quem a descoberta das pedras de diamante neste local é creditada oficialmente.

De acordo com Furtado (2003), o Distrito Diamantino foi instituído em 1728, ou seja, criou-se um perímetro para o controle da exploração de diamantes dentro da qual a sede se tornou o arraial do Tijuco. A Coroa Portuguesa, após descobrir a existência de diamantes na região, enviou Martinho de Mendonça Pina e Proença e Rafael Pires Pardini para que se fizesse a demarcação do perímetro onde seria feita a exploração das pedras preciosas. A mineração foi imediatamente interrompida e os garimpeiros<sup>2</sup> expulsos.

---

<sup>1</sup> É necessário destacar que o nome do arraial é por vezes escrito como Tejuco também, em documentações, bem como a grafia do nome de Isidoro também pode ser encontrado com “z” no lugar do “s”.

<sup>2</sup> É necessário que se compreenda que o termo garimpeiro era utilizado naquela época para se referir às pessoas que extraíam ilegalmente as riquezas da terra, ou seja, quem não possuía autorização da Coroa e não como entendemos atualmente.



O mapa acima mostra o território onde a demarcação foi feita, criando assim o perímetro da extração de diamantes que se tornaria conhecido como Distrito Diamantino. É importante ressaltar que a aquarela em questão foi produzida entre os anos de 1729 e 1734, de acordo com os registros.

De forma a tentar coibir o comércio ilegal de diamantes que acontecia em grande escala assim que foram descobertos, uma vez que diferente do ouro, os diamantes não podiam ser fundidos em barras e neles serem colocados o selo da Coroa Portuguesa, foi instituída a Real Extração a partir do ano de 1772, com a função de criar um monopólio para a extração de diamantes em todo o Brasil para Coroa, como explica Francischini (2019) em seu trabalho “A Real Extração: Historiografia e debate”.

Ainda no que diz respeito à Real Extração, ela acarreta uma mudança na forma de explorar estas terras que é substancial, uma das principais é a substituição do Contratador de Diamantes pela figura do Intendente dos Diamantes, enquanto o primeiro tinha um contrato com a Coroa, o segundo era, guardando todas as ressalvas possíveis, uma espécie de funcionário público, seu cargo tinha a incumbência de defender principalmente os interesses da metrópole nestas terras, enquanto o Contratador possuía como princípio a defesa de seus próprios negócios.

De acordo com dados do IBGE Cidades, o arraial do Tijuco se tornou distrito no ano de 1819, e apesar de ter um número maior de habitantes desde meados do século XVIII, só foi elevado a vila e ganhou sua emancipação de Vila do Príncipe em 1831. Em 1838 foi reconhecida como a cidade Diamantina, e é uma das mais importantes cidades com conjunto colonial de Minas Gerais até os dias atuais. Diamantina leva esse nome por sua história ser intimamente ligada a exploração de diamantes que começou no início do século XVIII e segue ativa na região, por vezes de forma ilegal, até o presente momento<sup>6</sup>.

A cidade foi tombada pelo IPHAN em 1938 em razão do conjunto arquitetônico presente em seu centro histórico e no final da década de 1990 foi considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em função deste mesmo conjunto arquitetônico que começou a ser construído desde a sua fundação.

Diamantina possui personalidades cujas histórias são conhecidas em nível nacional, tais como, Chica da Silva, a escravizada que foi liberta e viveu sua história com o contratador João Fernandes de Oliveira e chocou a todos da comunidade no século XVIII; Juscelino Kubitschek, o vigésimo primeiro presidente do Brasil, responsável pela construção de Brasília e outros tantos feitos. No entanto, a cidade também possui figuras que não receberam tanto destaque dentro dos anais históricos,

---

<sup>6</sup> Notícia publicada no site “O Tempo” sobre a prisão de trinta e uma pessoas em Diamantina ligadas ao garimpo ilegal em dezembro de 2023. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/operacao-contraga-rimpo-ilegal-prende-31-pessoas-em-diamantina-mg-1.3289981>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

mas são igualmente importantes dentro da história local. Um desses casos é Isidoro de Amorim Pereira<sup>7</sup>, um ex-escravizado e garimpeiro e cuja história sobre a qual me debruço ao longo de todo este trabalho.

Para poder afirmar a importância de Isidoro, foi feita uma extensa pesquisa para concepção deste trabalho, cuja metodologia escolhida foi a revisão ou pesquisa bibliográfica sobre o tema para que se pudesse entender a figura de Isidoro. De acordo com Macedo este é o “primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação” (1994, 13).

Entender quando o autor ou autora se referia ao Isidoro demandou leituras complementares e investigações das fontes que utilizaram em seu texto para que pudesse compor um cenário maior dentro do trabalho que se propõe a investigar a vida de Isidoro de maneira profunda.

A primeira fonte escrita onde Isidoro é mencionado e que recebe destaque são os periódicos de Joaquim Felício dos Santos, professor, jornalista, historiador, jurista, e político brasileiro publicados durante século XIX no Rio de Janeiro e que, posteriormente, vêm a ser compilados no que conhecemos como o livro *Memórias do Distrito Diamantino*. Para entender a história de Isidoro é preciso compreender o que estava acontecendo no arraial do Tijuco naquela época.

Naquele momento havia uma lei editada especificamente para tratar da questão da extração de minérios no Brasil, cuja inspiração era pombalina, de acordo com Furtado (1996). Com o surgimento do monopólio da extração das riquezas pela Coroa foi criada a Real Extração de Diamantes, a qual era dirigida pelo Intendente de diamantes. A figura do Intendente mudava de acordo com os arranjos políticos da época, é bem importante ressaltar, podendo esta pessoa durar mais ou menos no cargo, de acordo com os interesses políticos vigentes.

Sergio Buarque de Holanda também se debruça sobre essa questão no texto “O semeador e o ladrilhador” presente no livro “Raízes do Brasil” ao se referir ao inédito procedimento adotado pela Coroa portuguesa em se tratando do Distrito Diamantino. Holanda (1997, 103) diz haver um “Estado dentro do Estado” com essa demarcação feita tomara pela metrópole, uma vez que seus limites eram rigorosamente definidos e, de acordo com o que se averigua a partir de sua pesquisa, possuía uma série de leis próprias que não eram aplicadas ao restante do país.

---

<sup>7</sup> Em momento algum Santos chega a mencionar o nome completo de Isidoro, o primeiro trabalho onde a autora o reconheceu foi texto intitulado *Faiscadores e garimpeiros na ordem escravistas: lutas e resistências nos terrenos diamantinos das Minas Gerais* de Marcos Lobato Martins (2018) e depois recorrentemente em outras obras as quais foi consultando ao longo da revisão bibliográfica para compor a metodologia do trabalho, além de alguns documentos da época. Podendo assim confirmar que ao se mencionar à figura de “Isidoro de Amorim Pereira” ou “Isidoro, o Pardo” estariam se referindo à mesma pessoa.

Holanda continua e afirma que a partir do ano de 1771 os moradores do Distrito Diamantino estavam sob a mercê de uma fiscalização ainda mais exigente, que exigia prova de caráter e idoneidade dos moradores e, no caso de pessoas que não conseguissem demonstrar de maneira suficiente eram expulsas deste lugar. É importante sempre ressaltar que o arraial do Tijuco, atual Diamantina, era a sede do Distrito Diamantino, mas como esta pesquisa é capaz de apontar o território abarcava uma região muito maior e hoje, o mencionado Distrito Diamantino se transformou em uma série de cidades que compartilham dessa história.

Furtado (1996) aponta que este tipo de pensamento não é tão aplicável em sua tese de doutorado que, posteriormente, é editada em forma de livro sob o título *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração*. Desta forma é de extrema relevância que se tenha em mente o quanto as leis dentro do Distrito Diamantino eram absolutamente rigorosas, em especial no que diz respeito aos cidadãos que ali viviam, mas que isso não configura um sistema de exceção, como apontado por Holanda e outros historiadores que a precederam.

Em se tratando de Isidoro, ele viveu sob a administração de alguns intendentess de diamantes, para fins de recorte e por falta de documentação que esclareça tais fatos, a autora deste trabalho não se estendeu sobre essa questão. Por conseguinte, é importante destacar que sua história é marcada por um em específico, Intendente Câmara, sobre o qual este texto pretende discorrer com mais detalhes em momento adequado.

As parcas e superficiais informações que temos sobre outros intendentess são trazidas por Felício dos Santos. Ao mencionar a administração da Intendência por João Inácio, Felício dos Santos diz que Isidoro teria sido muito perseguido pela autoridade, quem diz ter colocado um preço para quem apresentasse o garimpeiro vivo ou morto, tal medida não obteve sucesso uma vez que Isidoro teria continuado a frequentar o arraial e fazer suas negociações.

Seu sucessor, Intendente Modesto Antônio Mayer parece não ter se incomodado com Isidoro e outros garimpeiros, tendo sido registrado como o intendente menos perseguidor por Felício dos Santos. Como forma de recorte da pesquisa, foi necessário fazer ser feita uma escolha, por haver mais informação ao se tratar do embate entre Câmara e Isidoro.

Desta forma, de acordo com Delsa de Fátima dos Santos Mariano (2015), mestra em Ciências Humanas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em sua dissertação “Escravos e libertos: autores das ações de liberdade em diamantina (1850-1871)”, Isidoro era um escravizado que pertencia ao frei Rangel, esse registro também está presente no livro de Felício dos Santos (1976).

O mencionado frei minerava diamantes de forma ilegal, não com as próprias mãos, era de se esperar, e assim é possível entender que usava os serviços de Isidoro para tanto. Ao tomar conhecimento ao tomar conhecimento de tal prática, a Coroa decidiu confiscar todos os bens do mesmo, sendo Isidoro um deles, e assim o escravizado passou a ser forçado a minerar diamantes na Fazenda Real graças à já mencionada lei da Real Extração, sendo condenado especificamente à pena de galés<sup>8</sup> que vigorava na época.

Ainda de acordo com Mariano (2015), Isidoro fugiu, ainda que estivesse sob a constante vigia dos capitães do mato<sup>9</sup>, e não o fez sozinho, outros escravizados o seguiram, e é desta forma que o seu quilombo foi fundado. Isidoro e seus companheiros continuaram então com a extração de diamantes de forma ilegal, se tornando garimpeiros, e passaram a dividir o lucro igualmente entre eles, comprando assim alforria de outros escravizados e fundando outros quilombos na região.

Uma das histórias contadas por Santos (1976) deixa registrado no *Memórias do Distrito Diamantino* é de que Isidoro ao tentar comprar a alforria de Maria, uma escravizada que havia fugido, que havia tido seu filho recentemente. Quando o homem a quem ela pertencia diz que seu preço está muito abaixo do que Isidoro havia levado, ao invés de retornar com o que sobrou, o garimpeiro instruiu o senhor que distribuísse o restante aos pobres do Tijuco, uma vez que ele entende que o dinheiro destinado à compra da liberdade é considerado sagrado, de acordo com Santos “no dia seguinte, os pobres do Tijuco recebiam quatrocentas oitavas de ouro, e só muito depois é que se soube de onde elas provieram” (1976, 240).

Em virtude desta alta recompensa, Isidoro teria sido traído por um de seus companheiros que delatou ao Intendente Câmara onde e quando seria a melhor oportunidade para encontrá-lo. Uma emboscada foi armada e Isidoro foi baleado. É possível encontrar este relato novamente no livro “Memórias do Distrito Diamantino” de Joaquim Felício dos Santos (1976), o qual diz que Isidoro chegou ao Tijuco ensanguentado e amarrado a um cavalo na data de junho de 1809.

Desde a captura de Isidoro pela Intendência, os responsáveis por inquirir o prisioneiro usava métodos de tortura<sup>10</sup> para tentar fazer com que ele dissesse os nomes de seus associados, mas ele se

---

<sup>8</sup> A pena estava prevista no Código Criminal Brasileiro e o condenado deveria ficar recluso e sair apenas para prestar trabalhos forçados diariamente, usando calcetas nos pés e correntes feitas de ferro nos pés que poderiam estar ligadas a outras pessoas ou não. Eles estavam sempre sob vigia de guardas para que a fuga fosse dificultada e o trabalho forçado pudesse ser exercido nos termos da Coroa.

<sup>9</sup> Em diferentes versões da história se conta que ele estava sob a vigia dos guardas da Fazenda Real, em outras que era vigiado por capitães do mato. Não há em um documento registros sobre este momento da vida de Isidoro, o que se tem são diferentes relatos orais que perpassam esse período e por isso podem gerar uma certa diferença entre si quando se analisa alguns detalhes da história de Isidoro.

<sup>10</sup> É importante ressaltar que o que entendemos hoje como tortura, no século XVIII e XIX eram métodos institucionalizados de interrogatório, ou seja, o que entendemos hoje como um crime que fere os Direitos Humanos,

manteve firme e não delatava qualquer nome. Ele foi então levado para a escada que ficava em frente a cadeia e açoitado publicamente. Mesmo assim, seguiu sem delatar ninguém. Ainda de acordo com o texto de Figueiredo (2005), é relatado que mesmo com os métodos ficando cada vez mais agressivos ele seguia firme em seu propósito. Isidoro morreu sem dizer um nome sequer a seus algozes.

Figueiredo (2005) diz que na região de Diamantina, Isidoro é visto como um mártir. Alguém que se sacrificou em nome de uma causa, e muitos o cultuam até como um santo dentro da tradição católica. Existem também lendas que giram em torno de sua vida e morte. Sua importância é tamanha para a cidade que no centro histórico há um beco que leva o seu nome: Beco do Izidoro.

Felício dos Santos (1976) relata em sua obra que o Câmara teria se arrependido da tortura infligida a Isidoro, tendo inclusive ido até ele e pedido perdão a este em seus últimos momentos de vida e que garimpeiro tinha a intenção de contar ao intendente onde se encontravam as suas lavras, mas que não houve tempo para tanto, Isidoro morreu antes de contar para o Intendente.

É importante que se questione esse tipo de informação e se coloque em perspectiva que Isidoro nasceu em um sistema escravocrata. De acordo com Alencastro (2020), a escravidão não seria apenas um modo de produção ou mesmo pode ser considerada apenas uma instituição histórica, é preciso considerar o modelo de escravidão transatlântico instaurado pela Metrópole portuguesa em suas colônias também como uma maneira de que estabeleceu o relacionamento entre seres humanos.

A condição de escravidão implica em submeter um indivíduo ao domínio total de outro: o escravo não se limita a ser simplesmente posse do seu senhor, mas também tem sua liberdade subjugada à autoridade do proprietário. Além disso, pode-se afirmar que seu trabalho não tem qualquer problema de ser obtido mediante o uso da força, desconsiderando assim qualquer humanidade que aquela pessoa tenha.

Isidoro descendia de africanos que foram sequestrados de suas terras e trazidos para trabalhar de forma forçada no Brasil, e assim que vislumbrou uma oportunidade escapou do destino imposto a milhões de pessoas ao longo do processo de escravização que ocorreu durante todo período colonial e a maior parte do período imperial. É importante ressaltar que o número de escravizadas no arraial do Tijuco era muito alto, de acordo com Furtado (2003) havia cerca de 7.000 a 8.000 pessoas submetidas ao sistema escravocrata na região no auge da extração de minério. A maior parte destes escravizados estavam ligados à extração de riquezas na região de forma legal ou clandestina, mas

---

naquela época não passava de um recurso utilizado pelo Estado para obter informações sobre seus prisioneiros. Ao ler o termo nesta pesquisa é importante que se tenha este conceito em mente, no específico caso de Isidoro, a violência que sofreu gerou revolta na população do arraial, mas esses casos eram utilizados como forma de promover a obediência da população, especialmente pelo exemplo do que aconteceria com outras pessoas que infringissem a lei.



também era possível encontrar parte destas pessoas destinadas a outras formas de serviço. O que não pode ser deixado de lado é a grande importância da população escravizada para a economia local da época.

A figura de Isidoro tem grande importância especialmente para Diamantina e região, a ponto de ser cultuado como santo dentro da tradição católica nestas terras (Figueiredo 2005), em outras tradições que estão vinculadas às religiões africanas ele passou a ser cultuado como um orixá protetor da natureza. Desta forma estudar sua história e as repercussões que esta gera até os dias de hoje se prova extremamente necessária não apenas em função da Lei 10.639 de 2003<sup>11</sup>, mas o resgate e valorização destes feitos, os quais são extremamente importantes para que se possa entender a história sob diversas perspectivas, que fogem de um olhar colonial.

### **Isidoro: o homem entre o registro histórico e a figura mítica**

No que diz respeito à história de Isidoro, é possível dizer que ela renasceu e tomou nova forma a partir do espetáculo “Isidoro, um negro de quilate”, o qual foi primeiramente apresentado no Teatro Santa Isabel em 26 de novembro, durante o evento promovido pela Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR) da cidade de Diamantina em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em novembro do ano de 2021, intitulado como “Novembro Negro”, onde a programação cultural da cidade visava ocupar espaços da cidade e valorizar a cultura negra.

É importante ressaltar que o espetáculo despertou na autora deste trabalho um reconhecimento logo no início da apresentação. A história daquele homem é amplamente conhecida na cidade de Diamantina e em sua região, mas acontece que por vezes, as pessoas ao contá-la, deixam de lado um detalhe de suma importância: o próprio nome de Isidoro. Alguns se referem a ele como “um negro” ou “um escravo”, ao narrar o que sabem e o que escutaram sobre ele, muitas vezes de outros membros de suas próprias famílias.

A partir daquele espetáculo, várias inquietações foram sendo geradas, somado isso ao fato de ser necessário produzir um trabalho final disciplina de Metodologia da Pesquisa Histórica, no qual cada discente deveria escrever um projeto de pesquisa, foi elaborado um cujo foco seria o próprio Isidoro, este fato culminou nesta pesquisa, mas que mudou radicalmente ao longo dos dois anos em que foi sendo trabalhada. Perguntas foram sendo levantadas e descartadas no decorrer deste período,

---

<sup>11</sup> Estabelece a obrigatoriedade do ensino de “história e cultura afro-brasileira e indígena” dentro das disciplinas que fazem parte da grade curricular, tanto no que se refere ao Ensino Fundamental, quanto ao Ensino Médio. Concomitantemente também determina o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra dentro do calendário escolar. A lei em questão é fruto das lutas dos movimentos populares para valorização da cultura afro-brasileira e indígena.

a inserção no projeto de extensão *Histórias em Redes* contribuiu para a maior parte destas mudanças sem dúvidas.

Para a produção do roteiro histórico-turístico que será apresentado e discutido oportunamente, um dos textos utilizados foi “Faiscadores e garimpeiros na ordem escravistas: lutas e resistências nos terrenos diamantinos das Minas Gerais”, em que o autor Marcos Lobato Martins debate algumas questões que se tornaram vitais para a construção das discussões dentro deste capítulo, haja visto que o autor dedica uma boa parte do seu texto à análise da história de Isidoro ao trazer a contextualização e atuação de bandos de garimpeiros na região do arraial do Tijuco.

De acordo com Martins (2018), Isidoro era um homem pardo. Essa é uma informação de extrema relevância para este trabalho, uma vez que “pardo” naquele contexto, tinha uma concepção bastante específica. Bezerra (2010) trabalha em seu texto o conceito de que pardos no século XVIII, em Pernambuco, eram todos aqueles que tinham algum tipo de miscigenação em sua linhagem, não tendo uma ligação específica com a tonalidade da cor da pele que esta pessoa tinha.

Em Minas Gerais é possível aplicar a mesma lógica, pardos eram pessoas com qualquer tipo de mestiçagem<sup>12</sup>, “negros” seriam aqueles que descendiam exclusivamente das pessoas que haviam sido sequestradas de África e, por último, se a pessoa era conhecida como “africano”<sup>13</sup> queria dizer que ela havia sido sequestrada daquele continente.

Aferindo essa lógica a Isidoro, ser conhecido em sua época como “pardo” condiz com a sociedade em que ele estava inserido. No século XVIII, o arraial do Tijuco era formado principalmente por uma sociedade mestiça, afinal estava dentro de uma zona de extração de minério, a maior parte das mulheres que aqui se encontravam eram escravizadas, quando não eram forras, no início do povoamento do arraial.

Além disso, o regime de concubinato era extremamente comum, uma vez que a Igreja não se fazia presente no local para a realização de cerimônias de casamentos, como é possível atestar a partir de documentos e registros daquela época, apesar da legislação que imperava até o século XVIII que proibia o casamento entre pessoas de classes sociais diferentes, isso não impedia que elas se relacionassem, para além disso, é possível encontrar documentação que comprove que na região do arraial, a aplicabilidade de tal legislação em questão era mais branda. Desta forma, entender que

---

<sup>12</sup> É importante ressaltar que em locais onde havia a presença de indígenas, o termo “pardo” também poderia ser aplicado a estas pessoas. A partir da leitura dos autores Sheila Faria, Hebe Mattos e Roberto Guedes apontam que o termo “pardo” também era utilizado como um marcador social para pessoas livres não-brancas. É notável que a forma como tal termo eram empregados variava de acordo com a sociedade e a região. Cf. Os pardos forros e livres em Vila Rica: Sociabilidade Confrarial e busca por reconhecimento social (C.1746 - C.1800) DOI10.5216/o.v8i11.9367 | OPSIS (ufcat.edu.br).

<sup>13</sup> O mais comum era encontrar o termo “preto” designando pessoa sequestrada do continente africano e “negro” para designar escravizados, no século XVIII.

Isidoro, era um homem mestiço, inserido nesta sociedade faz com que possamos tentar compreender ainda melhor essa figura.

É importante ressaltar que, de acordo com Martins (2018), o bando de Isidoro chegou a contar com cerca de cinquenta homens entre forros e escravizados que haviam fugido, dado é relevante quando complementado com o fato de que as pessoas que integravam esse bando eram homens escravizados que haviam sido condenados a alguma pena e fugidos, além disso, havia também as companheiras e seus filhos que integravam o grupo que se dedicava principalmente a extração ilegal de diamante e ouro na região.

De acordo com Santos (1976) as regras dentro do quilombo criado por Isidoro eram rígidas, de maneira que não eram toleradas uma série de comportamentos, de forma que a desobediência a esses códigos impostos era punida com as penas diversas, sendo a mais grave delas a pessoa seria presa e devolvida para o seu antigo senhor para que o mesmo pudesse lhe aplicar a pena que achava devida. Novamente é importante sublinhar que boa parte das pessoas que compunham aquela sociedade, que pode ser entendida como uma sociedade paralela, era composta por pessoas escravizadas que haviam fugido da vida ligada à mineração, assim o quilombo representava uma segunda chance para muitas destas pessoas que tiveram a sua mão-de-obra explorada durante uma boa parte de suas vidas.

Assim, é possível extrapolar o que está escrito para entender como uma forma de causa e consequência, com esse código muito bem estabelecido por Isidoro, e os relatos providos por Santos em seu texto de que a sociedade que do arraial do Tijuco nunca teve qualquer queixa acerca das atividades exercidas por estas pessoas e associando a outros estudos que apontam até uma interação entre as duas sociedades, mostra que havia uma “cultura de tolerância”<sup>14</sup> que pairava pelo Tijuco na segunda metade do século XVIII.

Essa permissividade acontecia porque a sociedade paralela do quilombo criado por Isidoro, novamente extrapolando os registros de Santos, mas tendo em vista tudo que foi exposto até aqui, tinha esse alto nível de tolerância porque aquelas pessoas não punham em risco o modo de vida da sociedade escravista do arraial do Tijuco. É possível entender que as leis internas de Isidoro para com

---

<sup>14</sup> No texto *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, Reis e Silva (2009) apontam que essa cultura da tolerância era moldada a partir das relações sociais entre escravizados e seus senhores, os autores argumentam que este tipo de relação era possível porque, apesar de haver um sistema de exploração brutal, surgiram também mecanismos que permitiam certa margem tanto de negociação como de convivência, permitindo assim que essa “cultura da tolerância” se estabelecesse. Contudo, os autores ainda ressaltam que esse acordo tácito se encontra muito distante de qualquer forma de respeito a quaisquer direitos, ele existia para que fosse possível a existência do próprio sistema escravocrata, um ambiente descrito por Reis e Silva como altamente hierárquico e violento. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/812>.

às pessoas submetidas a seu mando eram tão severas, de certa maneira, para justamente manter a todos em segurança, tanto quanto fosse possível naquela época.

A chegada do Intendente Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá ao arraial do Tijuco é um ponto de mudança para a história de Isidoro. Enquanto seus sucessores fizeram vista grossa para as atividades ilegais de Isidoro, ou tiveram insucesso em suas caçadas a ele, Câmara decide que não iria tolerar mais aquele tipo de comportamento durante o seu tempo à frente da Intendência dos Diamantes<sup>15</sup> bem como não iria falhar ao capturar o garimpeiro e traficante de pedras.

É importante analisar o contexto político em que Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá é designado como Intendente. Através dos registros, é possível apontar que ele chega nestas terras para tomar posse de seu cargo no ano de 1807, no qual ele permanece até 1823, vindo de Vila do Príncipe, cerca de um ano antes da chegada da família real ao Brasil. É possível pensar que a chegada da Dom João VI e sua Corte influenciou as atitudes que o Intendente tomou, especialmente nos primeiros meses após se instalar, uma vez que a mineração de ouro vinha diminuindo, mas a de diamante não e por este motivo continuava sendo um dos principais focos para a Coroa na província das Minas Gerais naquele momento.

Santos não se debruça em seu livro sobre como esse embate entre o Intendente e Isidoro começou, apenas que Câmara estava insatisfeito com o tráfico no arraial e que tomou conhecimento sobre o bando de Isidoro, bem o fato de que, por ter sido criado nesta região e na mineração, Isidoro possuía uma habilidade especial para encontrar as jazidas de forma fácil e a encontrar diamantes preciosos por toda essa região. Então é colocada uma recompensa por quem entregasse aquele homem fora da lei, Isidoro é então traído por um dos seus companheiros, ainda de acordo com o que está registrado no livro Memórias do Distrito Diamantino em que é relatada toda essa história.

Então é preparada uma armadilha para conseguir apanhar Isidoro. Ele é capturado e chega ao arraial em junho de 1809, amarrado a um cavalo sangrando, pois havia sido baleado mais de uma vez. É levado para uma cadeia improvisada onde passa a ser torturado, neste lugar hoje em Diamantina existe um beco que leva o seu nome.

No que diz respeito ao tratamento que recebeu, Soter Couto (2002) ao se referir a este momento especificamente da vida de Isidoro o faz da seguinte maneira:

A sua [do Intendente Câmara] página negra é o sacrifício de Isidoro, o Garimpeiro, cujo martírio transformou sua alma em um cofre que espalha graças, quando as preces lhe são dirigidas [...]. Câmara

---

<sup>15</sup> A Intendência de Diamantes é criada em 1734, uma das medidas para fiscalizar a extração de diamantes. Por conseguinte, a figura do Intendente é posterior, ela substitui a do Contratador quando a Coroa decide não mais utilizar a concessão a particulares mediante pagamento. Esta é uma das políticas que posteriormente fica conhecida como Pombalina.

entendeu pôr ponto final nas atividades de Isidoro, que não era ameaça para a sociedade, mas um êmulo do intendente que mandava com suavidade e era obedecido com carinho [...]. Isidoro entrou para a galeria dos santos, para o povo daquela época, tão bárbaro fora seu martírio e tão atroz seu sofrimento, sem um ai, um grito de revolta, uma exclamação, até o último suspiro (Couto 2002, 55-56).

É importante ressaltar mais uma vez que, apesar do que relata Santos (1976) em seu livro, Isidoro morreu sem nunca dizer um nome se quer a seus algozes estando sob tamanha tortura, então isso só corrobora o fato de que ao recontarem a sua história de forma oral, este martírio seja ainda mais enfatizado, tamanho sacrifício não pode ser um mero detalhe na biografia de Isidoro. Para além deste fato, o que se tem é a retratação de um Intendente ganancioso, que tenta a todo custo obter a informação sobre a jazida de diamante de maior valor de um homem que já sofria com a tortura, mas que ainda assim, leva este segredo consigo, ainda que Felício dos Santos tenha relatado que, supostamente, em seus momentos finais houvesse a intenção de contar onde ela se localizava.

José Vieira Couto (1905) afirma em sua obra um fato de extrema importância para este trabalho, Isidoro teria ultrapassado a marca dos cinquenta anos. A expectativa de vida dentro da mineração ilegal e ficava entre os 30 e os 40<sup>16</sup> anos no final do século XVIII, isso se explica a partir da precariedade das condições de trabalho físico, doenças, cuidados médicos disponíveis nas regiões mineradoras, da violência que se relacionava às disputas pelas lavras mais rentáveis além das tensões que existiam entre faiscadores e autoridade local instituída pela Coroa.

No caso de Isidoro, é válido ressaltar ainda que não se sabe por certo quanto tempo ele esteve envolvido na atividade do garimpo de maneira ativa e não apenas comandando outras pessoas, além disso, outro fato bastante relevante é a inconsistência no que diz respeito a quantos anos ele teria pertencido a Frei Rangel e em que momento conseguiu fugir. Este dado ajudaria a entender uma série de questões, além do fato de que sua memória se manteve mesmo com o passar dos anos, ainda assim, sua idade é relevante, um homem que nasceu como escravizado, passou pela Fazenda Real e conseguiu fugir e formou seu próprio quilombo, ultrapassando a idade dos 50 anos, ser parte do motivo pelo qual as pessoas conservaram sua história, especialmente através da oralidade.

Outrossim, vale a pena considerar aqui o fato de que a pena que o levou à morte pode ter sido vista como desproporcional de tal forma que fez nascer dali um símbolo de algo muito maior para as pessoas que viviam naquele tempo na região do Tijuco. Essa tese pode ser corroborada através da preservação da memória de Isidoro até os dias de hoje, mesmo que por vezes sua história seja contada sem que seu nome seja mencionado, o que responde a uma das inquietações que fizeram essa pesquisa nascer, a de que maneira a memória de Isidoro sobreviveu até a atualidade.

---

<sup>16</sup> Cf. *Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII* de Laura de Mello e Souza e *Ser Escravo no Brasil* de Kátia de Queirós Mattoso.

Outro ponto que foi observado é o fato de que paira uma dúvida sobre a questão da existência de Isidoro quando as pessoas contam sobre sua história. É possível explicar isso a partir de duas frentes: a) por conter pouca documentação histórica e esta ser parcamente conhecida e difundida, tal dúvida parece razoável para parte da sociedade que só o conhece a partir da tradição oral; b) por se tratar de uma história que por vezes o coloca como um homem mítico, cujas façanhas são contadas como lendas e somada à pouca documentação existente sobre ele, é possível que as pessoas acreditem que Isidoro não passe exatamente disso, uma lenda, como tantas outras da cidade de Diamantina.

Contudo, apesar de poucos, há registros sobre este notável homem e que comprovam sua existência. O primeiro é um documento que se refere a ele como capitão Isidoro, em Abaeté, mencionada por Precioso (2010) e novamente por Martins (2018) e a partir da qual foi possível encontrar certa documentação<sup>17</sup> referente a Isidoro. Trata-se de uma disputa entre uma tropa de garimpeiros e tropa que patrulhava regularmente os distritos de Abaeté. O então governador Bernardo José de Lorena, escreve uma carta para o Real Erário, D. Rodrigo de Souza Coutinho, na qual anuncia a descoberta de ricas jazidas e que esta teria sido feita justamente pelo capitão Isidoro de Amorim Pereira, de alcunha “o Pardo”. O Governador então intercede em favor do capitão e dos garimpeiros. A mencionada carta é datada de 15 de julho de 1799.

É possível identificar que se trata do Isidoro sobre o qual este trabalho se debruça não apenas pelo nome, mas por usar a alcunha dele e por ser um documento que deixa claro que essa expedição estava intimamente ligada à exploração das pedras de diamantes. O documento em questão ainda traz uma nova perspectiva, a influência do garimpeiro em lugares mais longínquos do que se pensa e de como naquele momento ele gozava de certo prestígio por parte das autoridades da província.

Ao pesquisar Isidoro, a autora deste trabalho descobriu haver uma escola situada no município de Diamantina, no bairro da Palha, na zona urbana, de acordo com o trabalho de Tameirão (2018) que leva o nome de Escola Estadual Negro Isidoro. Os dados trazidos por Tameirão e trabalhados em sua dissertação são de 2016, ao procurar mais sobre a escola, não foi encontrado qualquer registro dela na Secretaria Regional de Ensino (SER), de forma que a autora deste trabalho acredita então que a escola foi fechada pelo Governo Estadual.

Conceber que a influência de Isidoro alcança lugares que estão além do Distrito Diamantino, foi de fato uma surpresa. Sua história se estende como teias ao longo das cidades, fazendo com que se conheça um pouco sobre este homem que é, até os dias de hoje, um símbolo de resistência,

---

<sup>17</sup> Junta de Abaeté: VI Diamantes nos rios de Indayá e Abaeté. Disponível: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cc/brtacervo.php?cid=2865>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023

principalmente para as pessoas negras. Seus feitos são muitas vezes contados como lendas, adicionados de certa ficção para que possa atrair mais pessoas, transformando-o em um ser quase místico.

Por vezes Isidoro é apresentado como um herói, um homem ativo e que não possuía quaisquer deméritos, no livro *O escravo da Corôa* de Tanus Jorge Bastani, um romance histórico, é exatamente assim que ele é representado. No espetáculo “Isidoro, um negro de quilate”, ele é apresentado como um herói martirizado.

No tocante a estas representações elas deixam de fora toda a questão de como ele era rígido com as pessoas que compunham o seu próprio quilombo, como dito anteriormente neste trabalho, muito provavelmente porque caso não o fizesse a sociedade escravista do Tijuco não os deixaria existir, mas esta segue sendo uma extrapolação feita através das fontes analisadas e estudadas nesta pesquisa.

Todas essas narrativas também escolhem não falar sobre Felício dos Santos dizer que em seus momentos finais, Isidoro estava disposto a contar onde estava seu maior tesouro, mesmo que seja algo que possa ser considerado improvável, não deveria ser simplesmente desconsiderado, ser apresentado e discutido para que pudesse ver qual seria a reação das pessoas ao ser confrontado com essa possibilidade, um momento de aparente fraqueza dele.

A forma como a tortura de Isidoro é sempre representada em qualquer obra é impossível de ser desconsiderada porque de fato é o desfecho para sua história, afinal é o que marca o fim da sua vida. Mas é preciso ter muito cuidado com este fato que por vezes é usado para comparar com martírio ou suplício em termos religiosos de forma a mitificar ainda mais a figura de Isidoro, comparando a sua história com a de um Cristo, traído por um dos seus, torturado por uma figura de poder e, protegendo aqueles que estavam sob sua guarda, ele se sacrifica.

Ainda no que diz respeito à tortura, é necessário atentar para o fato de que este era um mecanismo comum e institucionalizado dentro das práticas punitivas do regime colonial vigente no Brasil daquela época, aliás, aqui poderia se fazer um questionamento se o uso da palavra tortura é possível de ser aplicado sem que haja um certo anacronismo, mas este não é o ponto central do presente trabalho. Apesar de ser uma prática costumeira e até usada como forma de prevenir novos desrespeitos às leis impostas, afinal esse era um dos objetivos de penas como estas, a morte de Isidoro gerou comoção o suficiente para que seu nome fosse lembrado e mantido com o passar do tempo.

É claro que não é possível dizer com segurança quais foram os motivos que fizeram aquele homem, que poderia ser considerado um anônimo da história<sup>18</sup>, a partir da perspectiva da micro-história<sup>19</sup>, mas que, de alguma forma, acabou ganhando uma notoriedade nesta região a ponto de seu nome sobreviver à passagem do tempo, transformando-o em uma figura a qual são relacionadas uma série de histórias que compõe a crença popular das pessoas da região que as relatam sem qualquer dúvida de que tenham de fato acontecido.

Esta aura mítica que cerca a figura de Isidoro e o eleva a uma condição sobre-humana também o coloca mais próximo de uma tradição cristã, o que pode muito bem embranquecê-lo com o tempo. Se esta é uma questão que temos com outras figuras retratadas fisicamente no Brasil, o que dirá um homem cujas feições nunca foram de fato descritas ou registradas em seu tempo? Além disso, a alcunha de pardo pode muito bem corroborar para esse apagamento da negritude de Isidoro se não ficar muito bem compreendido de seu significado naquele momento histórico.

Transformar Isidoro em um mártir, em um santo ou mesmo entidade de religiões de matriz africana, pode ser problemático por um lado quanto contar sua história chamando aquele homem de “negro” ou “escravo”, porque diz que para que um homem negro pudesse realizar tudo que ele realizou, ou suportar tudo que ele suportou, teria que ser muito mais ou muito menos que um mero ser humano e qual a mensagem isso manda para todos os garotos negros que escutam a sua história? Talvez que eles não seriam capazes de coisas extraordinárias porque são “apenas” humanos?

É impossível trazer uma resposta derradeira, mas de forma racional, não se perde nada com a humanização da figura de Isidoro, debater seus feitos a partir de uma ótica historiográfica e, principalmente, trazer essa versão para que a sociedade possa ter contato como uma outra perspectiva é a proposta desta pesquisa, fazê-lo de forma didática e lúdica, como com um roteiro<sup>20</sup> que perpassa locais desta cidade que são conhecidos pelos moradores e vivem no imaginário de quem a visita, contribui para a divulgação de tudo que foi previamente levantado nos anos em que a pesquisa foi sendo construída sem que haja a necessidade de que qualquer pessoa tenha o conhecimento necessário

---

<sup>18</sup> Anônimos da história é um conceito da micro-história ou microanálise, cujo pioneiro no campo foi Carlo Ginzburg, e pode-se entender como pessoas comuns que desempenham ou desempenharam papel importante em eventos históricos e cujo reconhecimento não é amplamente conhecido, pois os registros principais estavam focados em pessoas proeminentes, geralmente políticos, aristocratas, líderes militares, entre outros.

<sup>19</sup> A micro-história é uma abordagem historiográfica que está intimamente conectada a pessoas e eventos históricos, sua principal preocupação está na análise minuciosa que busca compreender aquele objeto de estudo em uma escala muito reduzida para compreender, tanto quanto possível, a vida e a existência naquele determinado momento histórico. O livro que inaugura este tipo de abordagem é intitulado *O queijo e os vermes* do autor Carlo Ginzburg.

<sup>20</sup> O roteiro fruto desta pesquisa pode ser acessado no link: <https://historiasemredes.com/2023/12/01/isidoro-entre-becos-e-bocas/>



para ler um trabalho científico, democratizando assim o acesso ao conteúdo deste trabalho para além dos muros da academia.

## Referências Bibliográficas

4º Novembro Negro da UFVJM. Portal UFVJM. Disponível em: <<https://portal.ufvjm.edu.br/agendas/eventos/2021/4-novembro-negro-da-ufvjm>>. Acesso: 15 de set. 2023.

Alencastro, Luiz Felipe de. 2020. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.

Amaral, João. 2007. “Como fazer uma pesquisa bibliográfica”. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>> Acesso em: 01 set. 2023

Bastani, Tanus Jorge. 1969. *O Escravo da Corôa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro.

Bezerra, Janaína Santos et al. 2010. *Pardos na cor & impuros no sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII*.

Boschi, Caio César. 1999. *Como os filhos de Israel no deserto. ou: a expulsão de*.

Brandão, Joelma Aparecida Campos; Desalira, Valquiria dos Santos. *Novos Embates sobre a prostituição no Beco do Motta em Diamantina*.

Camargo, Angélica Ricci. 2012. “Intendência dos Diamantes”. *MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira*. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/211-intendencia-dos-diamantes>>. Acesso em: 18 de outubro de 2023

Couto, José Vieira. 1905. “[1801]. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes; suas descrições, ensaios, e domicilio próprio; à maneira de itinerário com um appendice sobre a nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralógicas e utilidades que d’este pais possam resultar ao Estado”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 10 (1-2): 55-166.

Couto, Soter Ramos. 1967. *Diamantina: roteiro turístico-histórico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

Figueiredo, Anísia de Paulo. 2005. “Isidoro, o mártir”. *Paulinas*. Disponível em: <<https://www.paulinas.org.br/dialogo/pt-br/?system=paginas&action=read&id=12539>>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.

Francischini, Samuel Paterson Moreira. *A Real Extração: Historiografia e debate*. 2019. Monografia. Departamento de História, UFJF, Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/historia/files/2020/04/Samuel-Partson-Moreira-Francischini-A-Real-Extra%C3%A7%C3%A3o-Historiografia-e-debate.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.

Furtado, Júnia Ferreira .2002. “Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista”. In: Paiva, Eduardo França e Anastásia, Carla Maria Junho. *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX*. São Paulo: Anna Blume, p.497-511.

Furtado, Júnia Ferreira. 1996. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume.

Furtado, Júnia Ferreira. Distrito Diamantino. Romeiro, Adriana, 2003. Disponível em: <<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pae/apoio/distritodiamantino.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

Furtado, Júnia Ferreira. 2003. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras.

Gil, Antonio Carlos. 2002. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas.

Ginzburg, Carlo. 2006. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia de Bolso.

Holanda, Sérgio Buarque de. 1997. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

IBGE. 2023. “Diamantina”. *IBGE Cidades* Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/diamantina/historico>>. Acesso em: 16 de setembro de 2023.

IPHAN. 2023. “História – Diamantina (MG)”. *Portal IPHAN*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1489/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2023.

Lemos, Celina Borges et al. 2006. “Diamantina e sua arquitetura nos contextos da formação do arraial e consolidação da vida: registros e manifestos da modernidade na paisagem cultural entre os séculos XVIII e XIX”. In: *Anais XIII Seminário sobre Economia mineira*, p. 72-93.

Macedo, Neusa Dias de. 1994. *Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa*. São Paulo, SP: Edições Loyola.

Machado Filho, Aires da Mata. 1980. *Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina*. Minas Gerais: Itatiaia.

Mariano, Delsa de Fátima dos Santos. *Escravos e libertos: autores das ações de liberdade em Diamantina (1850-1871)*. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina.

Martins, Marcos Lobato. 2018. “Faiscadores e garimpeiros na ordem escravistas: lutas e resistências nos terrenos diamantinos das Minas Gerais”. In: *Anais da IV Semana de História – 100 anos da Revolução Russa, controvérsias e impactos (1917-2017)*. Diamantina (MG): FIH/UFVJM, p. 66–99. <https://bit.ly/33ULNze>.

Mattoso, Kátia M. de Queirós. 2016. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Mota, Isadora Moura. 2014. “Rebelião escrava nos sertões diamantinos”. *Revista do Arquivo Público Mineiro* 50 (01): 62–77. <https://bit.ly/33Oyj86>.

Precioso, Daniel. “*Legítimos vassalos*”: *pardos livres e forros na Vila Rica colonial*. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, SP.

Precioso, Daniel. *Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)*. 2014. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

Santos, Joaquim Felício dos. 1976. *Memórias do Distrito Diamantino*. São Paulo: Itatiaia.

Souza, Laura de Mello e. 2008. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. São Paulo: Paz e Terra.